

INDICAÇÃO Nº 0006/2025⁵⁶

AUTOR/SIGNATÁRIO

Vereador
PEDRO ALCÂNTARA
Progressistas (PP)

DESTINATÁRIO:

Ex.mo. Prefeito
SILVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO
União Brasil (UB)

Ex.mo (a) Senhor (a) Presidente,

INDICO à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, depois de ouvido o Plenário e cumprido os preceitos regimentais, para que seja encaminhado ao **Ex.mo. Sr. Prefeito** Municipal de Teresina, **SILVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO**, o presente **INDICATIVO DE PROJETO DE LEI**, o qual **dispõe sobre a CRIAÇÃO DO SHOPPING MUNICIPAL DO FRIPISA** (SHOPPING DO FRIPISA), conforme documento sugerido em anexo.

JUSTIFICATIVA

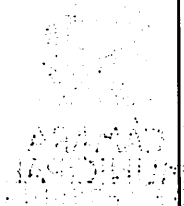
Este Projeto de Lei propõe a criação do Shopping Municipal do Fripisa, um espaço que não só atenderá às necessidades comerciais e culturais da população de Teresina, mas também contribuirá diretamente para o processo de revitalização do Centro da cidade, conforme estabelecido pela Lei nº 6.216/2025, que institui o Programa de Revitalização Cultural do Centro Histórico. Com a implementação desse projeto, conseguimos integrar o comércio local, a oferta de serviços essenciais e a promoção de atividades culturais em um único ponto de grande circulação, favorecendo a geração de emprego e renda para a comunidade.

DATA: 02/07/2025



ASSINATURA





PROPOSTA DE EMENDA Nº 001/2009

PROPOSTA DE EMENDA

AUTORES: PAULO ROBERTO

Em nome do povo de Petrópolis
Petrópolis (RJ)

Verão de 2009
Petrópolis (RJ)

Exmos. Srs. Senhores

Senhores Vereadores, a presente proposta de emenda tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 1.234/2008, que dispõe sobre a criação de uma nova entidade administrativa, a fim de garantir a continuidade das atividades de fiscalização e controle da administração pública municipal, bem como a melhoria dos serviços prestados à população. A proposta é baseada no princípio da eficiência e na necessidade de modernização da gestão pública.

JUSTIFICATIVA

Esta proposta de lei tem por objetivo a criação de uma nova entidade administrativa, a fim de garantir a continuidade das atividades de fiscalização e controle da administração pública municipal, bem como a melhoria dos serviços prestados à população. A proposta é baseada no princípio da eficiência e na necessidade de modernização da gestão pública.

ASSINATURA

DATA: 15/03/2009



PROJETO DE:

EMENDA A LEI ORGÂNICA

()

LEI COMPLEMENTAR

()

LEI ORDINÁRIA

(x)

Nº /2025

RESOLUÇÃO NORMATIVA

()

DECRETO LEGISLATIVO

()

AUTOR/SIGNATÁRIO

Vereador
PEDRO ALCÂNTARA
Progressistas (PP)

EMENTA:

“Cria o Shopping Municipal do Fripisa e dá outras providências”.

TEXTO

O PREFEITO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o *Shopping Municipal do Fripisa (Shopping do Fripisa)* que será instalado no imóvel localizado na Praça Demóstenes Avelino, no Centro de Teresina, nesta cidade, sendo composto por boxes comerciais, áreas de acesso, carga e descarga, e demais espaços necessários ao funcionamento do empreendimento.

Art. 2º O *Shopping do Fripisa* tem como objetivo a promoção de atividades comerciais, culturais e de serviços essenciais, com a venda de livros usados, produtos artesanais, lanches, roupas, produtos eletrônicos, e a oferta de serviços públicos essenciais como os fornecimentos de energia elétrica e água, além de outros serviços de interesse da população.

Art. 3º A administração do *Shopping do Fripisa* será de responsabilidade da Prefeitura de Teresina, por meio de concessão, permissão de uso, ou parcerias público-privadas, conforme melhor conveniência para o município.

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Cabral



Autenticar documento em <http://portal.mpteresina.pi.gov.br/ptmpteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003900870036003A005009. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROPOSTA Nº 001/2006

PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006

PROPOSTA Nº 001/2006

PROPOSTA Nº 001/2006

PROPOSTA Nº 001/2006

PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006
PROPOSTA Nº 001/2006

O PROJETO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ

Para saber que o projeto de lei nº 001/2006, de autoria do Sr. Vereador VILHENA ALVES, foi aprovado em 12 de maio de 2006, segue-se:

Art. 1º Fica criada a Shopping do Fígado (Shopping do Fígado) que será instalado no imóvel localizado na Rua Beneditina, no Centro de Teresina, nesta cidade, sendo composta por lojas comerciais, áreas de lazer, playground, e demais serviços necessários ao funcionamento do empreendimento.

Art. 2º O Shopping do Fígado terá como objetivo a promoção de atividades comerciais, culturais e de serviços essenciais, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da cidade, e a oferta de serviços públicos essenciais como a formação de uma rede de atendimento aos cidadãos de Teresina, visando ao bem-estar da população.

Art. 3º A administração do Shopping do Fígado será de responsabilidade da Prefeitura de Teresina, por meio da concessão, mediante licitação, de uso, em parcelas anuais, de terrenos e bens públicos, conforme previsto no Plano Diretor Municipal.



Art. 4º A utilização privativa dos boxes e demais espaços do *Shopping do Fripisa* dar-se-á por meio de Termo de Permissão de Uso ou Contrato de Concessão, conforme regulamento a ser elaborado pela administração municipal.

§ 1º O Termo de Permissão de Uso será utilizado para a pactuação com entidades sem fins lucrativos, associações, cooperativas, órgãos públicos ou qualquer outra entidade que tenha interesse na exploração de espaços para venda de produtos e serviços de interesse cultural, social ou comunitário, de acordo com as diretrizes do programa de revitalização cultural do Centro de Teresina.

§ 2º O Contrato de Concessão será utilizado para a outorga de permissão para a exploração comercial de boxes por empresas ou indivíduos, que deverão seguir as normas de comercialização e regulamentação previstas para o *Shopping do Fripisa*.

Art. 5º As atividades comerciais, culturais e de serviços permitidas no *Shopping do Fripisa* serão estabelecidas em regulamento específico, a ser elaborado pela Prefeitura de Teresina, com base nas diretrizes do programa de revitalização do Centro Histórico da cidade.

Art. 6º Poderá ser criado um condomínio para o rateio de despesas comuns do *Shopping do Fripisa*, a ser gerido de acordo com as regras estabelecidas em regulamento, com o objetivo de garantir o bom funcionamento do espaço, a manutenção da infraestrutura e a realização de melhorias constantes.

Art. 7º O horário de funcionamento do *Shopping Municipal do Fripisa* será estabelecido em regulamento, conforme as necessidades comerciais e culturais da região e o tipo de atividade desempenhada no local.

Art. 8º Fica proibido qualquer tipo de comércio ambulante ou atividades não autorizadas, como jogos de azar ou outras práticas ilícitas, nas dependências do *Shopping do Fripisa*.

Art. 9º A utilização dos espaços do *Shopping do Fripisa* deverá observar os padrões de segurança, acessibilidade, higiene e conforto estabelecidos em regulamento.





Art. 4º A utilização pública de bens e serviços de propriedade do Município de Teresina, para fins de interesse público, será realizada de acordo com o Plano de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração.

§ 1º O Plano de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Administração, e terá como objetivo a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

§ 2º O Conselho Municipal de Administração, em conjunto com o Poder Executivo Municipal, será responsável por avaliar a eficácia e a eficiência dos programas de gestão de recursos humanos e materiais, bem como por propor medidas para a melhoria dos mesmos.

Art. 5º As atividades administrativas, de natureza pública, serão realizadas de acordo com o Plano de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, e terão como objetivo a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Art. 6º Poderá ser criada, em caráter temporário, uma comissão de trabalho, para a realização de estudos, pesquisas e levantamentos, necessários à elaboração do Plano de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Administração, será responsável por avaliar a eficácia e a eficiência dos programas de gestão de recursos humanos e materiais, bem como por propor medidas para a melhoria dos mesmos.

Art. 8º Fica instituído o Conselho Municipal de Administração, com a finalidade de avaliar a eficácia e a eficiência dos programas de gestão de recursos humanos e materiais, bem como de propor medidas para a melhoria dos mesmos.

Art. 9º A utilização pública de bens e serviços de propriedade do Município de Teresina, para fins de interesse público, será realizada de acordo com o Plano de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, aprovado pelo Conselho Municipal de Administração.



Art. 10º A celebração de Contratos de Concessão ou Termos de Permissão de Uso será precedida de procedimento licitatório, na modalidade que melhor se adequar ao caso, conforme legislação aplicável.

Art. 11º O concessionário ou permissionário pagará à Prefeitura de Teresina o valor estabelecido pelo uso da área dos boxes, conforme contrato ou termo de permissão, sendo o valor proporcional ao espaço utilizado e à atividade desenvolvida.

Art. 12º A utilização dos boxes pelos permissionários, conforme definido no § 1º do Art. 4º, poderá ser gratuita, desde que respeitadas as condições e os objetivos de promoção cultural, social ou comunitária, conforme as diretrizes do projeto de revitalização.


Art. 13º A contribuição para a manutenção e despesas condominiais será dividida entre concessionários e permissionários, conforme critérios estabelecidos em regulamento, a fim de garantir a sustentabilidade do empreendimento e a conservação dos espaços comuns.

Art. 14º Os direitos, deveres e obrigações dos concessionários e permissionários, assim como as demais questões relacionadas ao funcionamento do *Shopping do Fripisa*, serão estabelecidos em regulamento a ser homologado por decreto do chefe do poder executivo municipal.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

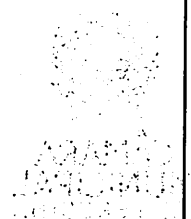
Art. 16º revogando-se as disposições em contrário.

Camara Municipal de Teresina, ____ de julho de 2025.



Pedro Alcântara Carvalho do Nascimento
Vereador em Teresina
Progressistas (PP)





Art. 13º A colação de contas de prestação de serviços de saúde será feita pelo Conselho Municipal de Saúde, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação dos dados e informações necessárias para a elaboração do relatório.

Art. 14º O Conselho Municipal de Saúde, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação dos dados e informações necessárias para a elaboração do relatório, deverá emitir parecer sobre a qualidade dos serviços de saúde prestados, bem como sobre a eficiência e a eficácia da gestão.

Art. 15º A utilização dos dados e informações contidas no relatório de prestação de serviços de saúde, bem como a elaboração do relatório de prestação de serviços de saúde, deverão ser feitas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 16º A prestação de serviços de saúde, bem como a elaboração do relatório de prestação de serviços de saúde, deverão ser feitas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 17º O Conselho Municipal de Saúde, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação dos dados e informações necessárias para a elaboração do relatório, deverá emitir parecer sobre a qualidade dos serviços de saúde prestados, bem como sobre a eficiência e a eficácia da gestão.

Art. 18º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º Revogado a Lei nº 1.234, de 1990.

Terresina, 14 de maio de 2001.

Alvaro
Vereador Municipal
Propostas (14)




JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei propõe a criação do Shopping Municipal do Fripisa, um espaço que não só atenderá às necessidades comerciais e culturais da população de Teresina, mas também contribuirá diretamente para o processo de revitalização do Centro da cidade, conforme estabelecido pela Lei nº 6.216/2025, que institui o Programa de Revitalização Cultural do Centro Histórico. Com a implementação desse projeto, conseguimos integrar o comércio local, a oferta de serviços essenciais e a promoção de atividades culturais em um único ponto de grande circulação, favorecendo a geração de emprego e renda para a comunidade.

Este espaço será um marco para o fortalecimento do comércio local e um importante ponto de encontro para a população, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade e a acessibilidade, pilares do novo modelo de desenvolvimento urbano da cidade. O modelo de gestão proposto, com a possibilidade de concessões e parcerias público-privadas, garante a viabilidade e o bom funcionamento do Shopping Municipal do Fripisa, alinhando-se perfeitamente aos objetivos da Lei de Revitalização do Centro.

Diante disso, peço o apoio dos demais colegas vereadores para a aprovação deste projeto, que representa um avanço significativo para a revitalização do Centro de Teresina, bem como para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida de nossa população. Logo, a aprovação deste projeto é um passo importante para transformar a Praça do Fripisa em um polo de desenvolvimento cultural, social e econômico, atendendo às necessidades atuais e criando um legado para as futuras gerações de teresinenses.

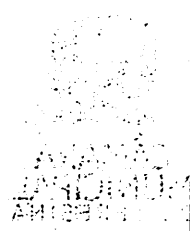
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Teresina, ____ de julho 2025.



Pedro Alcântara Carvalho do Nascimento
Vereador em Teresina
Progressistas (PP)

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Cabral





JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei propõe a criação do Shopping Municipal de Teresina, um espaço que não só atenderá as necessidades comerciais e culturais da população de Teresina, mas também contribuirá para o processo de revitalização do Centro da cidade, conforme estabelecido pela Lei nº 2.162/2011, que institui o Programa de Revitalização Cultural do Centro Histórico. Com a implementação desse projeto, conseguiremos integrar o comércio local a oferta de serviços essenciais e a promoção de atividades culturais em um único ponto de grande importância, favorecendo a geração de empregos e contribuindo para a comunidade.

Este espaço será um ponto de encontro para a população, ao mesmo tempo em que promoverá o desenvolvimento econômico e social da cidade. O modelo de gestão proposto, com a possibilidade de concessões a empresas públicas-privadas, garante a viabilidade e o bom funcionamento do Shopping Municipal de Teresina, alinhando-se perfeitamente aos objetivos da Lei de Revitalização do Centro.

Destas ideias, pode-se perceber que a criação desse espaço é uma opção viável e necessária para a revitalização do Centro Histórico de Teresina, bem como para o fortalecimento do comércio local e a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Logo, a aprovação deste projeto é um passo importante para transformar a zona do Centro em um polo de desenvolvimento cultural, social e econômico, tornando-se referência turística e criando um legado para as futuras gerações de Teresina.

Dezesseis dias do mês de Janeiro de Teresina, 2023.

Alberto Verador
Vereador de Teresina
(PP)

TERESINA, 16 de Janeiro de 2023.

